



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Primeiro trimestre de 2020

O presente relatório visa dar cumprimento à obrigação prevista na alínea c) do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro.

Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.

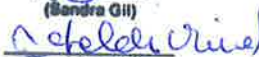
APROVADO


Reunião: 22/10/2020

CONSELHO
ADMINISTRAÇÃO


Presidente
(Nuno Duarte)


Vogal Executivo
(Sandra Gil)


Vogal Executivo
(Mafalda Guiné)


Diretor Clínico
(Eduardo Melo)


Enfermeiro Diretor
(José L. Gomes)

14 de setembro de 2020

Índice

Índice	1
O Centro Hospitalar.....	2
Sumário executivo	2
Instrumentos previsionais de gestão 2020	3
Eficiência operacional e PRC	3
PMP e Arrears	4
Endividamento	5
Recursos Humanos.....	5
Índice de Desempenho Global	6
Execução e desempenho orçamental da receita e despesa.....	8
Receita.....	8
Despesa	8
Saldo de operações orçamentais do período	9
DOREC – Demonstração de execução orçamental da receita	10
DODES – Demonstração de execução orçamental da despesa	12
DDORC – Demonstração do desempenho orçamental	13

O Centro Hospitalar



Hospital São Teotónio

O Centro Hospitalar Tondela-Viseu E.P.E. (CHTV, E.P.E.) foi criado em 2 de março de 2011 através do Decreto-Lei nº 30/2011 por



fusão do Hospital São Teotónio, E.P.E. com o Hospital Cândido Figueiredo.

Hospital Cândido Figueiredo

A história destes dois hospitais remonta ao séc. XVIII, sendo preponderante o papel das Misericórdias ou Santas Casas da Misericórdia que surgem em Portugal no ano de 1498.

A sua sede localiza-se na Av. Rei D. Duarte, 3504-509 Viseu; as unidades de saúde que lhe deram origem consideram-se extintas para todos os efeitos legais, sendo que o CHTV, E.P.E. sucede em todos os direitos e obrigações às referidas unidades.

O CHTV, E.P.E. rege-se pelo Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, que regula o regime jurídico e os estatutos aplicáveis às unidades de saúde do SNS com a natureza de EPE, e pelo seu diploma de criação, o Decreto-Lei n.º 30/2011, de 2 de março.

Sumário executivo

O presente relatório visa dar cumprimento à obrigação prevista na alínea c) do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, divulgando os indicadores de atividade, económico-financeiros, de recursos humanos e outros.

Os indicadores a apresentar são os relativos aos IPG¹ 2020 emanados pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, nomeadamente, os associados à eficiência operacional e PRC², ao PMP³ e Arrears⁴, ao endividamento, aos recursos humanos e aos da atividade operacional. Acrescem os indicadores relativos à informação no âmbito da execução e desempenho orçamental da receita e despesa.

¹ IPG – Instrumentos Previsionais de Gestão, de acordo com o ofício circular n.º 4208, de 22 de outubro de 2019, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

² PRC – Políticas de Redução de Custos.

³ PMP – Prazo Médio de Pagamentos de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro.

⁴ Arrears – Atraso de pagamento de acordo com o n.º 1 do DL n.º 65-A/2011, de 17 de maio. Consiste no não pagamento da fatura após o decurso de 90 dias ou mais sobre a data convencionada para o pagamento da mesma.

Instrumentos previsionais de gestão 2020

A proposta de Plano de Atividades e Orçamento 2020 (PAO) foi elaborada em respeito pelas orientações setoriais, objetivos financeiros e restrições orçamentais a vigorar em 2020.

Eficiência operacional e PRC

As instruções genéricas neste âmbito foram, no caso da eficiência operacional, que o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios fosse igual ou inferior ao de 2019 e, no caso da PRC, que os gastos com pessoal, encargos com deslocações, ajudas de custo, alojamento, frota automóvel e contratação de estudos, pareceres, projetos e consultadoria fossem iguais ou inferiores aos de 2019.

Contudo, a especificidade da missão das Entidades Públicas Empresarias integradas no SNS, da qual o CHTV, E.P.E. é parte integrante, possibilita a adaptabilidade das referidas instruções.

A adaptabilidade referida é consagrada pelo DLEO⁵ atualmente em vigor, designadamente o Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho, dado que o DLEO para 2020 ainda não se encontra publicado.

Acresce que o DLEO de 2018 também já consagrava esta adaptabilidade.

As instruções para o CHTV neste âmbito foram a da atribuição de um valor máximo de gastos operacionais de 149,7 milhões de euros⁶ (M€) e a de manutenção ou redução

de gastos com comunicações, deslocações e ajudas de custo, contratação de estudos, pareceres, projetos e consultadoria e de gastos com prestações de serviços e horas extraordinárias.

Indicador de Gastos operacionais	
Meta 2020	149,691
Meta 2020/03 ⁷	37,423
Gastos operacionais 2020/03	38,620
Desvio	+1,197
Taxa de cumprimento	96,8%

em M€

PRC	2020/03	2019/03	Δ valor	Δ%
Gastos com				
Comunicações	0,034	0,028	+0,006	+20,9
Deslocações	0,001	0,005	-0,004	-76,1
Ajudas de custo	0,003	0,004	-0,001	-22,0
Frota automóvel	-	-	-	-
Estudos, projetos, ... ⁸	0,049	0,000	+0,049	-
Prestação de serviço	0,492	0,424	+0,068	+16,0
Horas extraordinárias	0,972	1,261	-0,289	-22,9
Total	1,551	1,722	-0,171	-9,9

em M€

No primeiro trimestre de 2020 a taxa de cumprimento para o indicador dos gastos operacionais foi de 96,8%, o que representou um desvio de +1,197M€ face à orientação estabelecida.

Do desvio verificado nos gastos operacionais, 51,8% e 34,7% têm origem, respetivamente, nos desvios dos gastos com pessoal (+0,620M€) e CMVMC (+0,416M€).

⁵ DLEO – Decreto-Lei de Execução Orçamental.

⁶ 149.690.716,49€.

⁷ Meta definida em função de ¼ da meta de 2020.

⁸ Inclui projetos e serviços de informática, estudos de organização económico-financeira e de auditoria.

Relativamente ao desvio nos gastos com pessoal (0,620M€), a justificação deve-se ao facto de os suplementos relativos à produção adicional (SIGIC) terem ascendido, no final do primeiro trimestre de 2020, a 1,153M€, +0,760M€ que o previsto. Este desvio é justificado pelo volume de pagamentos de produção adicional de 2019, ocorridos nos três primeiros meses de 2020, no valor de 0,883M€ não ter sido, ainda, objeto de regularização, dado que o referido valor foi objeto de acréscimo de gastos no final de 2019. Assim, este facto justifica a totalidade do desvio nos gastos com pessoal.

Relativamente ao desvio no CMVMC (+0,416M€), a justificação deve-se ao facto de no mês de março ter sido iniciado o fornecimento, aos doentes de ambulatório, de 2 meses de terapêutica, situação decorrente das medidas preventivas de combate à pandemia do COVID-19. Em resultado, o desvio nos gastos com consumo de medicamentos, face ao previsto, foi de +0,457M€. Assim, este facto justifica a totalidade do desvio no CMVMC.

No âmbito das orientações de PRC, verificou-se, face ao período homólogo de 2019, uma redução dos gastos em 9,9% (-0,171M€), consequência da diminuição dos gastos com horas extraordinárias em 0,289M€.

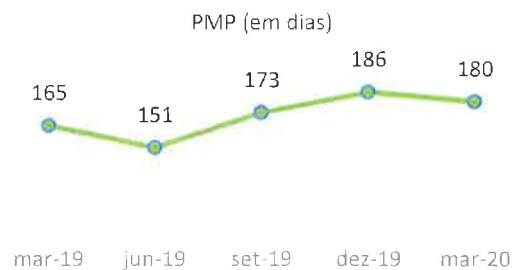
Esta diminuição resultou do facto de no primeiro trimestre de 2019 terem sido processadas e pagas uma parte significativa da bolsa de horas ao pessoal de enfermagem e auxiliar, as quais se vinham a acumular por efeito da passagem das 40 horas semanais para as 35 horas semanais.

⁹ O PMP de 186 dias correspondeu ao PMP publicado pela ACSS e reportado pelo CHTV de acordo com os prazos definidos (janeiro de 2020). Assim e apesar dos valores

PMP e Arrears

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, com o objetivo de reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas.

O PMP do CHTV no final do primeiro trimestre de 2020 foi de 180 dias, menos 6 dias que o registado no trimestre anterior.



O objetivo PMP para final de 2020, definido pela Administração Central dos Sistemas de Saúde, I.P. (ACSS), foi de $139 \leq \text{PMP} < 158$ (dias). O objetivo corresponde a uma redução entre os 15% e os 25% do PMP obtido no final do quarto trimestre de 2019 pelo CHTV, o qual foi de 186 dias⁹.

Os Arrears do CHTV, no final do primeiro trimestre de 2020, foram de 5,339M€, menos 1,164M€ que o registado no período homólogo de 2019.



corresponderem ao fecho provisório do exercício, o mesmo é assumido como PMP oficial.

A partir de meados do quarto trimestre de 2019 os Arrears apresentam uma evolução bastante favorável, em particular no mês de dezembro.

Esta evolução teve por base reforços do orçamento que viabilizaram, numa primeira fase, a drástica redução dos Arrears, e numa segunda fase impediram o seu crescimento.

Os reforços foram os seguintes:

Reforço do adiantamento do Contrato Programa 2019 de 9.843M€, em novembro de 2019.

(Despacho 28-A/2019, de 7 de novembro, do SEO)¹⁰;

Reforço do orçamento de 8,760M€ para pagamento de dívida vencida, em dezembro de 2019.

(Despacho n.º 278-A/2019, de 11 de dezembro, do SEO);

Reforço de capital para cobertura de prejuízos transitados de 9,012M€ para pagamento de dívida vencida, em dezembro de 2019.

(Despacho Conjunto n.º 408-A/2019, de 26 de dezembro, do SEO e SEAS);

Reforço de capital para cobertura de prejuízos transitados de 5,851M€ para pagamento de dívida vencida, em março de 2019.

(Despacho Conjunto de 3 de março de 2020, do SEO e SEAS); e

Reforços do adiantamento do Contrato Programa 2020 de 1,381M€ mensais para pagamento de dívida vencida, em janeiro, fevereiro e março de 2020, num total de 4,144M€.

(Despachos n.º 1, 6 e 8 da SEAS, respetivamente de, 14 de janeiro, 14 de fevereiro e 13 de março).

¹⁰ O Despacho 28-A/2019, de 7 de novembro, do SEO, foi destinado a cobrir despesas com pessoal, mas que permitiu libertar fundos

Endividamento

O CHTV não detém passivo remunerado, por conseguinte não apresenta taxa de crescimento do mesmo.

Recursos Humanos

A evolução no número de recursos humanos do CHTV, face ao período homólogo de 2019, foi de +120 profissionais.

Recursos Humanos	2020/03	2019/12	2019/03
Pessoal			
Órgãos Sociais	8	8	8
Dirigentes	10	10	10
Médico	349	349	342
Pré carreira Médica	226	195	220
Técnico Superior Saúde	19	19	19
Técnico Superior	33	33	27
Enfermagem	958	949	900
TDT	178	173	169
Assistente Técnico	218	218	220
Docente	3	3	3
Informática	7	7	7
Assistente Operacional	567	552	531
Total	2576	2516	2456

O ajustamento de maior dimensão ocorreu no pessoal de enfermagem, com um aumento de 48 profissionais, consequência ainda da passagem dos horários das 40 horas semanais para as 35 horas semanais.

Paralelamente, verificou-se também, um aumento de 36 assistentes operacionais, tendo cerca de 40% desse aumento ocorrido no primeiro trimestre de 2020.

próprios, inicialmente previstos para essas mesmas despesas com pessoal, e liquidar dívida vencida.

A evolução no número de recursos humanos no primeiro trimestre de 2020 foi de +60 profissionais, contudo cerca de metade (+31) corresponderam à variação associada aos internos.

O aumento generalizado do número de profissionais resulta do esforço do CHTV na prossecução de uma política de ajustamento dos seus quadros de pessoal, tendentes a adequá-los às efetivas necessidades da organização.

Consequentemente, o crescimento dos gastos com pessoal face ao período homólogo de 2019 foi de 8,9%.

Gastos com Pessoal	2020/03	2019/03	Δ valor	Δ%
De				
Órgãos Sociais	0,113	0,112	+0,002	+1,4
Dirigentes	0,113	0,113	+0,000	+0,0
RCP ¹¹	13,983	13,153	+0,830	+6,3
Vencimentos	12,189	11,456	+0,733	+6,4
Subs. férias e natal	1,000	0,943	+0,057	+6,1
Outras	0,682	0,642	+0,040	+6,2
Benefícios pós empr.	0,000	0,000	0,000	-
Ajudas de custo	0,003	0,004	+0,001	+21,7
Restantes gastos	7,880	6,907	+0,972	+14,1
Total	22,092	20,288	+1,804	+8,9

em M€

Índice de Desempenho Global

O IDG corresponde aos indicadores de desempenho da proposta de Contrato Programa para 2020, cuja valorização ascendeu a 6,629M€ (5% do valor total do Contrato). Este valor corresponde aos incentivos institucionais.

Contudo, a situação de emergência de saúde pública de âmbito internacional,

declarada pela Organização Mundial de Saúde no dia 30 de janeiro de 2020, e classificação do vírus SARS-CoV-2 como pandemia a 11 de março de 2020, implicou, no quadro do SNS, a uma realocação drástica de recursos e queda na prestação de serviços de saúde, atendendo ao cancelamento de toda a atividade programada não urgente em março de 2020.

Resulta, assim, para 2020, na provável penalização ou incumprimento das metas do IDG.

Contudo, o CHTV considera inevitável a redefinição das mesmas, ou redefinição das verbas afetas aos incentivos institucionais.

Sem penalizar o anteriormente referido divulgámos os indicadores no âmbito da proposta de Contrato Programa para 2020 (SICA, Quadro Q1 – Índice de Desempenho Global).

¹¹ Remunerações Certas e Permanentes

Q1 - Índice Desempenho Global



Instituição: Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE
Período Análise: Março 2020

Objetivos	Peso Relativo Indicador (%)	2020		2019	
		Meta	Real	Real	Var. 2019/2020
Objetivos Nacionais					
Acesso	60				
Percentagem de pedidos em Lista de Espera para Consulta (LEC) dentro do TMRG	10	65	52,8	81,2	40,7
Percentagem de consultas realizadas dentro dos tempos máximos de resposta	10	80	71,2	89,0	8,1
Percentagem de utentes em Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC) dentro do TMRG	10	60	47,3	70,5	8,9
Percentagem de doentes operados dentro do TMRG	10	60	58,6	97,7	7,1
Percentagem de episódios de urgência atendidos dentro do tempo de espera	10	67,5	31,6	46,8	9,8
Percentagem de doentes referenciados para a RNCCI, avaliados/confirmados pela	10	20	13,5	67,5	0,0
Desempenho Assistencial	20				
Percentagem de reinternamentos em 30 dias, na mesma Grande Categoria de	3	3,9	0,13	196,7	7,2
Percentagem de cirurgias realizadas em ambulatório (GDH), para procedimentos	3	30	66,7	222,3	3,6
Percentagem de cirurgias da banca efetuadas nas primeiras 48 horas	3	40	7,1	17,8	0,0
Índice de Mortalidade Ajustada	4	0,9000	2,1679	-40,9	0,0
Índice de Demora Média Ajustada	4	0,9000	1,5201	31,1	0,0
Demora média antes da cirurgia	3	0,6	2,4	-193,3	0,0
Desempenho económico-financeiro	20				
Gastos operacionais por doente padrão	5	Valor do melhor do grupo			
Doente padrão por Médico ETC	5	65	11,5	17,7	6,0
Doente padrão por Enfermeiro ETC	5	45	9,5	21,1	0,0
Percentagem de Gastos com Trabalho Extraordinário, Suplementos e	5	25,38	18,8	125,9	6,0
Índice do Desempenho Global					
Valor Incentivos Contratados (€)				53,9	
Valor Incentivos Realizados (€)				1.657.339,9	
				893.279,3	

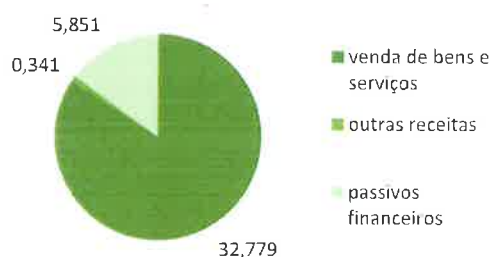
Execução e desempenho orçamental da receita e despesa

Receita

As previsões corrigidas da receita para o final de 2020 foram de 135,520M€.

O total da receita executada no primeiro trimestre de 2020 foi de 38,971M€.

A taxa de execução da receita foi de 28,8%, mais 3,8 pontos percentuais (p.p.) que o previsto para o final do primeiro trimestre de 2020 (25,0%).



A rubrica corrente de vendas de bens e serviços totalizou 32,779M€, tendo representado 84,1% do total da receita executada. Os adiantamentos do Contrato Programa de 2020 (32,351M€) foram responsáveis por 98,7% da receita total da rubrica de vendas de bens e serviços.

A rubrica de receita com passivos financeiros¹² incluiu os 5,851M€, relativos ao reforço de capital para cobertura de prejuízos transitados, no âmbito do Despacho Conjunto de 3 de março de 2020

¹² Passivo financeiro (receita) – receitas provenientes da emissão de obrigações e de

do SEO e SEAS, tendo representado 15,0% do total da receita executada.

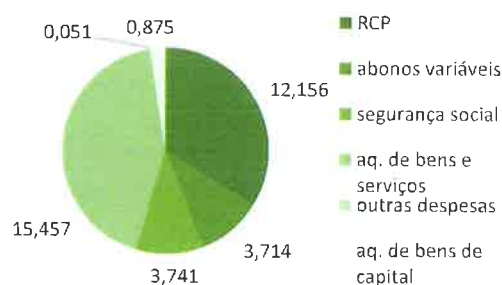
A rubrica de taxas, multas e outras penalidades totalizou 0,267M€ e representou 0,7% do total da receita executada. A sua taxa de execução foi de 20,4%, menos 4,6 p.p. que a previsão corrigida para o final do primeiro trimestre de 2020, consequência da redução da cobrança de taxas moderadoras por efeito da pandemia do COVID-19.

Despesa

As dotações corrigidas da despesa total para o final de 2020 foram de 135,520M€.

O total da despesa executada no primeiro trimestre de 2020 foi de 35,994M€.

A taxa de execução da despesa foi de 26,6%, mais 1,6 p.p. que o previsto para o final do primeiro trimestre de 2020 (25,0%).



As rubricas correntes associadas a despesas com pessoal (remunerações certas e permanentes, abonos variáveis ou eventuais e segurança social) totalizaram 19,611M€, tendo representado 54,5% do total da despesa executada. O peso da rubrica de remunerações certas e permanentes nas despesas com pessoal foi de 62,0% (12,156M€) e a sua taxa de execução foi de 23,7%, menos 1,3 p.p. que o previsto. Contudo, esta taxa tenderá a

empréstimos contraídos a curto e a médio longo prazo. (Glossário DGO)

aumentar no final do segundo e quarto trimestres por pressão, respetivamente, dos pagamentos do subsídio de férias e do subsídio de natal.

A rubrica de despesa com abonos variáveis ou eventuais apresentou uma taxa de execução de 56,3% (3,714M€), mais do dobro do previsto para o final do primeiro trimestre de 2020 (25%). Este facto foi justificado pelo volume de pagamentos de abonos ao pessoal associados à produção adicional (SIGIC) de 1,153M€, dos quais 76,7% respeitaram a atividade realizada em 2019, de forma a normalizar o fluxo destes pagamentos.

Relativamente à rubrica corrente de despesa com aquisição de bens e serviços o total de despesa executada foi de 15,457M€, dos quais 86,5% (13,374M€) respeitou a despesas pagas de períodos anteriores (2019).

A taxa de execução das despesas com aquisição de bens e serviços foi de 29,3%, mais 4,3 p.p. que o previsto para o final do primeiro trimestre de 2020 (25%).

O reforço de capital e do adiantamento do Contrato Programa, verificado no decurso do primeiro trimestre de 2020 (+9,995M€), para pagamento de dívida vencida, justificaram a evolução da despesa com a aquisição de bens e serviços.

Relativamente à rubrica de capital de despesa com aquisição de bens de capital o total de despesa executada foi de 0,875M€, dos quais 98,3% (0,859M€) respeitou a despesas pagas de períodos anteriores (2019).

A dotação corrigida para a rubrica de despesas com capital foi de 9,389M€, tendo a sua taxa de execução sido de 9,3%, justificada pela não execução de projetos de investimento, nomeadamente o do "Alargamento e Remodelação das Instalações da Urgência Polivalente".

Saldo de operações orçamentais do período

O saldo das operações orçamentais do período de 1 de janeiro a 31 de março de 2020 foi positivo em 2,977M€.

O referido saldo contribuirá no decurso do segundo trimestre de 2020 para provisionar a despesa com o subsídio de férias.

Por último, divulga-se ainda, que o saldo inicial de 2020 das operações orçamentais, correspondente ao saldo final de 2019, no valor de 3,230M€, ainda não se encontra integrado. A respetiva integração será realizada no decurso do segundo trimestre e contribuirá para o pagamento de dívida vencida.

DOREC - Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Classificações Orçamentais Detalhadas	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Recembolsos e restituições	
							Emitidos	Pagos
Receita Corrente	121.888,079,00€	88.683,074,14€	0,00€	33.216,954,16€	11.949,30€	33.121.712,83€	2.000,00€	2.000,00€
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	1.310.721,00€	1.017.283,40€	0,00€	293.437,60€	0,00€	267.490,40€	0,00€	0,00€
R5.1.1 - Administração Central - Estado Português	175.200,00€	175.200,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R4 - Rendimentos de propriedade	2.100,00€	1.445,22€	0,00€	654,78€	0,00€	654,78€	0,00€	0,00€
R7 - Outras Receitas Correntes	185.672,00€	55.170,77€	0,00€	140.941,93€	10.440,70€	72.839,26€	0,00€	0,00€
R6 - Venda de bens e serviços	120.214,386,00€	87.433.974,75€	0,00€	32.781.919,85€	1.508.60€	32.780.728,39€	2.000.00€	2.000.00€
Receita de Capital	13.632.115,00€	7.780.642,00€	0,00€	5.851.473,00€	0,00€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€
R9.1.2 - Exterior - U.E	711.126,00€	711.126,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R13 - Receita com Passivos financeiros	12.920.989,00€	7.069.516,00€	0,00€	5.851.473,00€	0,00€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€
Total	135.520.194,00€	96.463.716,14€	0,00€	39.068.427,16€	11.949,30€	38.973.185,83€	2.000,00€	2.000,00€

DOREC - Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Classificações Orçamentais Detalhadas	Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período	Liquidações de períodos futuros			
	Períodos anteriores	Período corrente	Total		(n + 1)	(n + 2)	(n+3)	(n+4)
Receita Corrente	171.010,13€	32.948.702,70€	33.119.712,83€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	15.328,30€	252.102,10€	267.490,40€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R5 1.1.1 - Administração Central - Estado Português	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R4 - Rendimentos de propriedade	0,00€	654,78€	654,78€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R7 - Outras Receitas Correntes	6.476,27€	66.362,99€	72.839,26€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R6 - Venda de bens e serviços	149.205,56€	32.629.522,83€	32.778.728,39€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Receita de Capital	0,00€	5.851.473,00€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9 1.2 - Exterior - U E	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R13 - Receita com Passivos financeiros	0,00€	5.851.473,00€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Total	171.010,13€	38.800.175,70€	38.971.185,83€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€

DODES - Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Classificações orçamentais detalhadas	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações Corrigidas	Cativos	Descativos	Dotações Disponíveis	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas brutas	Reposições abatidas aos pagamentos			Despesas pagas líquidas		
										Emitidas	Recebidas	Períodos anteriores	Período corrente	Total	
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14] = [12] + [13]	
Despesa Corrente															
D1.1 - Remunerações certas e permanentes	50.895.823,00€	136.131.118,00€	0,00€	0,00€	47.575.974,21€	78.555.143,79€	71.136.043,57€	67.179.749,55€	35.137.037,54€	38.081,27€	38.081,27€	1.199.797,24€	18.918.867,22€	38.191.856,27€	
D1.2 - Abonos variáveis ou eventuais	4.261.118,66€	6.592.992,00€	0,00€	0,00€	-1.488.951,39€	8.051.946,32€	8.051.946,39€	8.051.946,39€	3.714.004,17€	0,00€	0,00€	436.781,71€	3.277.279,46€	37.14.061,17€	
D1.3 - Segurança social	1.348.971,02€	15.242.256,00€	0,00€	0,00€	10.079.999,23€	5.162.316,59€	5.162.344,41€	5.112.008,17€	3.740.823,99€	0,00€	0,00€	1.192.598,58€	2.541.235,61€	3.740.823,99€	
D2 - Aquisição de bens e serviços	30.084.685,27€	52.764.891,00€	0,00€	0,00€	8.154.163,11€	51.949.674,69€	44.530.580,64€	40.610.888,94€	18.095.082,72€	38.081,27€	38.081,27€	13.374.071,79€	2.682.929,77€	15.471.011,52€	
D3 - Juros e outros encargos	0,00€	37.383,00€	0,00€	0,00€	25.337,90€	12.245,00€	12.245,00€	12.245,00€	12.245,00€	0,00€	0,00€	0,00€	12.245,00€	12.245,00€	
D5 - Outras Despesas Correntes	750,00€	1.177,00€	0,00€	0,00€	75.009,52€	42.707,49€	42.707,49€	40.497,49€	19.707,49€	0,00€	0,00€	750,00€	38.957,49€	49.707,49€	
Despesa de Capital															
D6 - Aquisição de bens de capital	2.276.791,20€	9.389.076,00€	0,00€	0,00€	5.240.555,04€	4.188.525,96€	3.350.422,72€	3.005.883,14€	874.499,85€	0,00€	0,00€	859.320,13€	15.179,72€	874.499,85€	
	2.276.791,20€	9.389.076,00€	0,00€	0,00€	5.240.555,04€	4.188.525,96€	3.350.422,72€	3.005.883,14€	874.499,85€	0,00€	0,00€	859.320,13€	15.179,72€	874.499,85€	
Total	59.672.613,11€	135.520.334,00€	0,00€	0,00€	52.816.574,23€	83.207.669,75€	74.386.466,29€	70.185.632,69€	31.024.437,79€	38.081,27€	38.081,27€	13.090.309,18€	18.921.646,91€	55.991.876,12€	

DDORC - Demonstração do Desempenho Orçamental

Rubricas Pagamentos	Fontes de Financiamento						Total	N-1
	Rec. Próprias	Rec. Gerais	Financ. UE	Empréstimos	Fundos Alheios			
Despesa corrente	29.268.383,27€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	35.119.856,27€	25.207.000,87	
Despesas com o pessoal	19.610.902,23€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	19.610.902,23€	18.204.859,72	
1 Remunerações Certas e Permanentes	12.156.017,07€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	12.156.017,07€	11.447.673,39	
2 Abonos Variáveis ou Eventuais	3.714.061,17€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	3.714.061,17€	3.251.622,56	
3 Segurança Social	3.740.823,99€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	3.740.823,99€	3.505.563,75	
4 Aquisição de bens e serviços	9.605.528,52€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	15.457.001,52€	6.942.468,82	
5 Juros e outros encargos	12.245,04€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	12.245,04€	11.911,61	
6 Transferências e subsídios correntes	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	8.037,45	
6.1 Transferências correntes	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	8.037,45	
6.1.1 Administrações Públicas	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00	
6.1.1.1 Administração Central - Estado português	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00	
6.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00	
6.1.1.3 Segurança Social	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00	
6.1.1.4 Administração Regional	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00	
6.1.1.5 Administração Local	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00	
6.1.2 Entidades do setor não lucrativo	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00	
6.1.3 Famílias	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	8.037,45	
6.1.4 Outras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00	
6.2 Subsídios correntes	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00	
7 Outras despesas correntes	39.707,48€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	39.707,48€	39.723,27	
Despesa de capital	874.499,85€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	874.499,85€	50.629,55	
8 Aquisição de bens de capital	874.499,85€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	874.499,85€	50.629,55	
9 Transferência e subsídios de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00	
9.1 Transferências de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00	
9.1.1 Administrações Públicas	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00	
9.1.1.1 Administração Central - Estado português	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00	
9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00	
9.1.1.3 Segurança Social	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00	
9.1.1.4 Administração Regional	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00	
9.1.1.5 Administração Local	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00	
9.1.2 Entidades do setor não lucrativo	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00	
9.1.3 Famílias	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00	
9.1.4 Outras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00	
9.2 Subsídios de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00	
10 Outras despesas de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00	
Despesa efetiva [5]	30.142.883,12€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	35.994.356,12€	25.257.630,42	
Despesa não efetiva [6]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00	
11 Despesa com ativos financeiros	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00	
12 Despesa com passivos financeiros	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00	
Soma [7] = [5] + [6]	30.142.883,12€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	35.994.356,12€	25.257.630,42	
Operações de tesouraria [C]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	32.891,75€	32.891,75€	7.034,73	
Saldo para a gerência seguinte	2.976.829,71€	0,00€	0,00€	0,00€	-29.850,01€	2.946.979,70€	2.805.640,77	
Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	2.976.829,71€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	2.976.829,71€	2.733.882,23	
Operações de tesouraria [D] = [A] + [B]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	-29.850,01€	-29.850,01€	71.758,54	
Saldo Global [2] - [5]	2.976.829,71€	-5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	-2.874.643,29€	1.456.829,35	
Despesa primária	30.130.638,08€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	35.982.111,08€	25.245.718,81	
Saldo corrente	3.851.329,56€	-5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	-2.000.143,44€	1.477.438,94	
Saldo de capital	-874.499,85€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	-874.499,85€	-20.609,55	

DDORC - Demonstração do Desempenho Orçamental

Saldo Primário	2.989.074,75€	-5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	-2.862.398,25€	1.468.741,00€
Receita total [1] + [2] + [3]	33.119.712,83€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	38.971.185,83€	27.991.512,65€
Despesa Total [5] + [6]	30.142.883,12€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	35.994.356,12€	25.257.630,42€

Rubricas Recebimentos	Fontes de Financiamento						Total	N-1
	Rec. Próprias	Rec. Gerais	Financ. UE	Empréstimos	Fundos Alheios	Total		
Saldo de gerência anterior	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	1.352.018,70€
Operações Orçamentais [1]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	1.277.052,84€
Devolução do saldo oper. Orçamentais	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Recebimento do saldo devolvido por outras entidades	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Operações de tesouraria [A]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	74.965,86€
Receita Corrente	33.119.712,83€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	33.119.712,83€	33.119.712,83€	26.684.439,81€
Receita Fiscal	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
1.1 Impostos diretos	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
1.2 Impostos indiretos	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
3 Taxas, multas e outras penalidades	267.490,40€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	267.490,40€	267.490,40€	269.190,89€
4 Rendimentos de propriedade	654,78€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	654,78€	654,78€	57,07€
5 Transferências e subsídios correntes	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
5.1 Transferências correntes	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
5.1.1 Administrações Públicas	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
5.1.1.1 Administração Central - Estado português	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
5.1.1.3 Segurança Social	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
5.1.1.4 Administração Regional	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
5.1.1.5 Administração Local	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
5.1.2 Exterior - U E	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
5.1.3 Outras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
5.2 Subsídios correntes	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
6 Venda de bens e serviços	32.778.728,39€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	32.778.728,39€	32.778.728,39€	26.356.850,00€
7 Outras receitas correntes	72.839,26€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	72.839,26€	72.839,26€	58.341,85€
Receita de Capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	30.020,00€
8 Venda de bens de investimento	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
9 Transferências e subsídios de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	30.020,00€
9.1 Transferências de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	30.020,00€
9.1.1 Administrações Públicas	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
9.1.1.1 Administração Central - Estado português	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
9.1.1.3 Segurança Social	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
9.1.1.4 Administração Regional	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
9.1.1.5 Administração Local	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
9.1.2 Exterior - U E	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
9.1.3 Outras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	30.020,00€
9.2 Subsídios de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
0 Outras receitas de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
1 Reposições não abatidas aos investimentos	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Receita Efetiva [2]	33.119.712,83€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	33.119.712,83€	33.119.712,83€	26.714.459,81€
Receita não efetiva [3]	0,00€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	5.851.473,00€	5.851.473,00€	0,00€
2 Receita com ativos financeiros	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
3 Receita com passivos financeiros	0,00€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	5.851.473,00€	5.851.473,00€	0,00€

DDORC - Demonstração do Desempenho Orçamental

Soma [4] = [1]+[2]+[3]	33,119,712,83€	5,851,473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	38,971,185,83€	27,991,512,65
Operações de Tesouraria [B]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	3,041,74€	3,041,74€	3,827,41